**LEI N.º 2.301
DE 04 DE MARÇO DE 2005.**

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

JOÃO PAULO TAVARES PAPA, Prefeito Municipal de Santos, faço saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão realizada em 03 de fevereiro de 2005 e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI N.º 2.301

CAPÍTULO I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1.º O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, criado pela Lei n.º 1.378, de 27 de dezembro de 1994, na forma que dispõe o artigo 17, parágrafo 4.º da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, órgão deliberativo, consultivo, normativo e controlador das ações voltadas à área de Assistência Social do Município de Santos, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública, responsável pela coordenação e execução da Política de Assistência Social do Município de Santos, passará a ser regulamentado por esta lei.

Art. 2.º A Política de Assistência Social de Santos tem por objetivos:

- I** – a proteção à família, à infância, à adolescência e à velhice;
- II** – o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- III** – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV** – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

§ 1.º A Assistência Social realizar-se-á de forma integrada às Políticas Setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

§ 2.º As ações da Assistência Social são constituídas e organizadas pelas entidades e organizações de Assistência Social, que articulam meios, esforços e recursos, de forma descentralizada e participativa.

§ 3.º A instância coordenadora da Política Municipal de Assistência Social é a Secretaria Municipal de Ação Comunitária e Cidadania ou sua congênere.

CAPÍTULO II

Das Competências

Art. 3.º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social de Santos - CMAS:

- I** – aprovar a Política Municipal de Assistência Social de Santos, em consonância com a Política Federal e Estadual e as prioridades estabelecidas pela Conferência Municipal de Assistência Social;
- II** – acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social;
- III** – aprovar o Plano Municipal de Assistência Social e suas adequações, com base na Política Municipal de Assistência Social;
- IV** – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, com base nas diretrizes da Política de Assistência Social;

V – aprovar o Plano de Aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social, os critérios de repasse aos projetos, programas e serviços públicos e privados e acompanhar, trimestralmente e anualmente, a execução orçamentária e financeira;

VI – aprovar padrões de qualidade para a prestação de benefícios, serviços, programas e projetos de Assistência Social;

VII – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho das ações de Assistência Social através do processo de Monitoramento e Avaliação das Ações de Assistência Social;

VIII – regulamentar a concessão e o valor dos Benefícios Eventuais com base nos critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social;

IX – apresentar propostas à Lei de Diretrizes Orçamentárias em matéria afeta à Assistência Social, considerando seu caráter transversal dentro das Políticas Públicas;

X – estabelecer diretrizes e critérios de análise de matérias a serem aprovadas;

XI – acompanhar, fiscalizar e avaliar as ações de natureza pública e privada no campo da Assistência Social;

XII – acompanhar as condições de acesso da população destinatária da Assistência Social, indicando propostas de inclusão e proteção social;

XIII – apurar irregularidades no campo da Assistência Social dando conhecimento às autoridades administrativas, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, quando couber;

XIV – inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de Assistência Social, Educação, Saúde e Cultura que atuam no Município, conforme disposto no artigo 9.º da Lei Orgânica da Assistência Social e resoluções do Conselho Nacional e Estadual de Assistência Social;

XV – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social em nível municipal;

XVI – convocar a cada 02 (dois) anos, ou extraordinariamente, as Conferências Municipais de Assistência Social, que terão a atribuição de avaliar a Política de Assistência Social, propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema e definir prioridades;

XVII – publicar no Diário Oficial do Município todas as deliberações, através de resoluções e as contas do Fundo Municipal de Assistência Social aprovadas;

XVIII – elaborar e publicar seu Regimento Interno.

XIX – exercer outras competências com base na Lei Orgânica da Assistência Social complementadas pelas legislações específicas.

CAPÍTULO III

Da Composição

Art. 4.º O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, será composto de 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes serão indicados ao órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política de Assistência Social, de acordo com a paridade e critérios que segue:

I – 09 (nove) representantes dos órgãos públicos municipais, sendo:

- 1.** Secretaria Municipal de Ação Comunitária e Cidadania;
- 2.** Secretaria Municipal de Saúde;
- 3.** Secretaria Municipal de Educação;
- 4.** Secretaria Municipal de Esportes;
- 5.** Secretaria Municipal de Cultura;
- 6.** Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos;
- 7.** Secretaria Municipal de Planejamento;
- 8.** Secretaria Municipal de Governo através de seus Departamentos de Assuntos Comunitários;
- 9.** Companhia de Habitação da Baixada Santista – COHAB-ST.

II – 09 (nove) representantes da Sociedade Civil, eleitos na Conferência Municipal de Assistência Social, contemplando:

1. entidades assistenciais de atenção à criança e ao adolescente;
2. entidades assistenciais de atenção ao idoso;
3. entidades assistenciais de atenção ao portador de deficiência;
4. entidades assistenciais de atenção à mulher ou à família;
5. entidades assistenciais de atenção à população de rua;
6. representante dos usuários atendidos pelos serviços da Assistência Social de Santos;
7. movimentos sociais comprometidos com a Assistência Social e que atuem no Município;
8. organizações de classe na área social ou de humanas;
9. Universidades/Faculdades na área social ou de humanas.

§ 1.º Os representantes do Poder Público serão indicados pelos titulares dos órgãos que compõem o CMAS.

§ 2.º A eleição dos representantes da Sociedade Civil, dar-se-á em Assembléia convocada especificamente para este fim e pautar-se-á em Regimento Interno, com critérios previamente definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, aprovados em reunião e publicados através de resolução própria.

§ 3.º Na Assembléia será eleito por voto direto uma entidade que será titular da vaga e duas entidades suplentes classificadas pelo número de votos.

§ 4.º Será considerado Conselheiro Titular ou Suplente a entidade eleita na Conferência Municipal e que estiver representando um dos segmentos ou movimento social ou órgão de classe ou Universidade/Faculdade, conforme disposto em Regimento Interno.

§ 5.º As entidades eleitas indicarão seus representantes em data definida pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 5.º A função de Conselheiro será gratuita, considerada serviço relevante, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências quando de seu comparecimento à sessão do Conselho ou pela participação em suas atividades.

Art. 6.º O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS, solicitará aos órgãos governamentais integrantes da composição deste Conselho, 30 (trinta) dias antes do término do mandato, as indicações de novos membros.

Art. 7.º O Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS instituirá seus votos através de Resoluções aprovadas pela maioria de seus membros e publicadas no Diário Oficial do Município.

Art. 8.º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, correspondendo ao período de interregno entre a realização das Conferências previstas no item 16, do artigo 30, desta lei, permitida a recondução, na conformidade do estabelecido no Regimento Interno.

CAPÍTULO IV

Do Funcionamento

Art. 9.º Compete ao órgão da Administração Pública Municipal responsável pela Coordenação da Política de Assistência Social do Município, a manutenção de infra-estrutura básica e recursos humanos indispensáveis ao bom funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos.

Art. 10. A posse dos Conselheiros dar-se-á a cada 02 (dois) anos, na primeira semana do mês de janeiro do ano subsequente à Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 11. A substituição do Conselheiro Titular pelo Suplente obedecerá o disposto em Regimento Interno.

CAPÍTULO V
Da Conferência de Assistência Social

Art. 12 . As Conferências de Assistência Social são instâncias deliberativas com atribuição de avaliar a Política de Assistência Social nas três esferas de governo e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social.

CAPÍTULO VI
Das Disposições Transitórias

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as contidas nas Leis nº 1.378, de 17 de dezembro de 1994 e nº 1.470, de 15 de janeiro de 1996.

Registre-se e publique-se.
Palácio “José Bonifácio”, em 04 de março de 2005.

JOÃO PAULO TAVARES PAPA
Prefeito Municipal

Registrada no livro competente.
Departamento de Registro de Atos Oficiais da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos,
em 04 de março de 2005.

ROBERTO M. DE LUCA DE O. RIBEIRO
Chefe do Departamento